

## A extensão como oportunidade de aproximação e de ação política: Reflexões em torno de duas experiências no Brasil.

Junia Ferrari, Marcela Brandão.  
marcelasbl.arq@gmail.com

---

### Resumo

Neste artigo pretende-se, a partir das aproximações e diferenças entre duas experiências extensionistas desenvolvidas no âmbito da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFGM), apresentar e discutir caminhos possíveis para a consolidação dessas práticas. Os projetos estão sendo desenvolvidos em locais distintos da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) —num bairro da capital e numa cidade de pequeno porte a 30 km do centro metropolitano— e têm se orientado no sentido de buscar o compartilhamento nas tomadas de decisão em detrimento das práticas assistencialistas e paternalistas, geralmente adotadas em projetos de natureza extensionista. Noutros termos, buscou-se nessas oportunidades uma postura mais aberta à interlocução, ao encontro de interesses de todos os envolvidos (comunidades e Universidade). Em relação às metodologias adotadas, diferentes formas de aproximação foram experimentadas junto às comunidades parceiras, tais como rodas de conversa, imersões e mapeamentos coletivos. Alguns resultados têm confirmado as expectativas das propostas iniciais no sentido da criação de vínculos entre os envolvidos e do fortalecimento da ação política (participação e deliberação). Além disso, essas experiências têm se constituído como oportunidades de aprendizado e troca para todos os envolvidos (a partir de cursos, práticas e ações), melhorias nas formas de morar (habitações e entorno imediato), além de espaços

continuados para discussão sobre as questões locais e supralocais. Mas nem tudo acontece de forma linear e contínua. Muitos são os desafios e aprendizados a serem construídos no sentido de atribuir à extensão seu papel articulador entre ensino e pesquisa acadêmica, bem como seu reconhecimento como importante ferramenta de luta e de integração social.

**Palavras-chave:** Extensão / Ação política / Articulação / Compartilhamento.

## Introdução

Os projetos de extensão no Brasil têm se orientado por temáticas diversas —saúde, educação, cultura—, sempre no sentido duma maior articulação com a sociedade civil. Neste artigo pretende-se trazer à discussão algumas formas dessa interação e interlocução entre o saber acadêmico e o não acadêmico, a partir de experiências desenvolvidas em projetos de extensão da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFGM), sustentadas no tripé pesquisa, extensão e ensino. A primeira das experiências relatadas refere-se às ações de extensão que têm como parceira uma comunidade dum bairro periférico da Região Barreiro, em Belo Horizonte, capital do estado. A segunda experiência, por sua vez, vem sendo desenvolvida em Raposos, município de pequeno porte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Minas Gerais, Brasil.

Este trabalho tem como objetivo principal analisar práticas extensionistas que possam contribuir para o aprimoramento de metodologias e ferramentas de trabalho, especialmente no que diz respeito à criação de vínculos e de relações de confiança, elementos fundamentais para a efetivação dos princípios da extensão, além de buscar se orientar por objetivos que atendam às expectativas de todos os envolvidos.

Nesse sentido, o trabalho foi organizado em quatro sessões, sendo a primeira voltada para um breve histórico da extensão no Brasil, a fim de situar o leitor em relação a essas práticas no contexto acadêmico brasileiro. Nessa retrospectiva, o que se percebeu foi a recorrência de práticas que variam de posturas ‘assistencialistas’, ou seja, visando ‘assistir’ as comunidades parceiras e desconsiderando as expectativas e experiências do grupo acadêmico, a outras de caráter bem ‘paternalistas’, ou seja, cujas tomadas de decisão partem do saber acadêmico, sem constituir espaços democráticos de decisão onde os saberes locais são considerados. Noutros termos, as ações que se pautaram pela busca por práticas mais ‘compartilhadas’ de decisão e ação, orientadas no sentido de favorecer a troca de saberes e o interesse mútuo pelas ações desenvolvidas, não nos pareceu tão recorrentes, o que nos levou a considerar a importância de destacar experiências que pudessem revelar processos dessa natureza

A segunda parte deste artigo foi dedicada à discussão dos conceitos e metodologias que orientaram algumas dessas práticas, aqui escolhidas para serem avaliadas quanto à sua capacidade de construir processos compartilhados. Entende-se que é possível trabalhar a extensão prioritariamente nessa perspectiva, mesmo

considerando que nalguns momentos é necessário se recorrer a posturas ‘assistencialistas’ ou ‘paternalistas’ para resolver urgências e conflitos. Também foram analisadas nessas experiências o grau de articulação com a pesquisa e o ensino, por entendermos que essa interação deve ser princípio orientador na medida que exige reflexão, suporte teórico, troca de conhecimento e reavaliação constantes. Por fim, apresentamos algumas estratégias de aproximação utilizadas, tais como rodas de conversas e imersões no território, além de variados instrumentos cartográficos —mapas, jogos, maquetes, trilhas, rodas de conversa, oficinas variadas— que, acreditamos, terem contribuído para resultados importantes nessas experiências.

A terceira parte deste trabalho faz um recorte nessas experiências: suas diferentes formas de abordagem, de fundamentação teórica e de escala, uma vez que se trata de projetos que estão sendo desenvolvidos em territórios distintos da RMBH. Um deles é bem definido territorialmente e se constitui como espaço duma comunidade que luta por seu reconhecimento na cidade e pelo direito de permanência, a partir de ações socioambientais. O outro, por sua vez, relata um momento específico duma experiência bem mais abrangente num município metropolitano, cuja história de dependência das atividades minerárias reflete numa cotidianidade de pouco engajamento e envolvimento por parte da população. Apesar de serem grupos e experiências de natureza distintas, ambas práticas estão alinhadas no sentido da criação de vínculos entre os envolvidos e do fortalecimento da ação política (participação e deliberação), além de se pautarem pelo princípio do compartilhamento.

Por fim, o trabalho sintetiza, nas conclusões, algumas reflexões sobre as referidas práticas, buscando convergências e aprendizados que possam repercutir em experiências futuras, além de anunciar alguns desafios que a extensão ainda deve enfrentar, especialmente no atual contexto de desmonte das pesquisas e da universidade pública no Brasil.

## **1. A extensão no Brasil**

A prática da extensão Universitária no Brasil remonta ao início do século XX, mas só foi instituída oficialmente em 1968, a partir da Lei Básica da Reforma Universitária (Lei federal 5.540/680), a fim de cumprir boa parte da agenda nacionalista imposta pelo governo autoritário então em curso. Em 1987, e já passado o período da ditadura militar, é criado o Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão Universitária (FORPROEX), que estabelece oficialmente a extensão como um dos três pilares de sustentação da Universidade Pública no Brasil —Ensino, Pesquisa e Extensão—, além de lhe atribuir a função de articuladora entre os dois primeiros. Entretanto, a prática extensionista é anterior a essa lei e se confunde com a criação, no início do século XX, do ensino público no país.

A Constituição de 1988, em seu Artigo 207, vai reforçar o caráter indissociável entre os três pilares, assim como estabelecer o apoio financeiro necessário por parte do Poder Público. Para além desse reconhecimento, a extensão passa a as-

sumir forte caráter político, na medida que estabelece como um dos seus princípios a interação transformadora entre a universidade e a realidade social que a circunda (Ferrari, Sosa, Oliveira & Freitas, 2017).

A extensão no Brasil vem se constituindo, desde então, por formas bastante heterogêneas de ação e, também por isso, requer contornos mais bem definidos, visto que, segundo Sosa, Ferrari e Greco (2018), ainda é possível identificar práticas de caráter meramente assistencialistas, prestação de serviços nas mais distintas áreas, até apoio aos movimentos sociais e militância política.

Entretanto, diante do atual cenário brasileiro, os desafios relativos à construção duma extensão engajada e comprometida com uma sociedade plural estão sendo incrementados pela desvalorização crescente da Educação, principalmente na ameaça por parte do próprio governo e de destruição do ideal duma universidade pública de qualidade e de pensamento crítico e autônomo.

## 2. Pressupostos conceituais e metodológicos

Nesse contexto conturbado de diferentes entendimentos em torno do que são as práticas extensionistas, torna-se importante definir pelo menos alguns critérios que têm orientado as experiências apresentadas, tal como a necessidade de se trabalhar com instrumentos que promovam uma troca real entre os saberes de todos os atores envolvidos, a fim de se evitar, sempre que possível, assistencialismos e paternalismos nas ações pactuadas. Como bem já havia alertado Foucault (1979) muitos anos antes:

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber; poder que não se encontra somente nas instâncias superiores de censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade (p.71).

Para a construção das metodologias de trabalho aqui descritas, partiu-se do entendimento de que a realidade não é algo pronto, facilmente representada e interpretada, mas um contínuo processo de experimentação atravessado por campos de forças e linhas de fuga e, portanto, a ser registrado de forma cartográfica (Deleuze & Guattari, 2000). Acredita-se que as pistas para essa cartografia possam ser encontradas tanto nas coisas físicas e evidentes, como também nas não palpáveis. Deste modo, aposta-se que o grande desafio da ação extensionista está na elaboração dos problemas. Apresentá-los é o mesmo que “introduzir novos objetos e novos sujeitos dentro do espaço da política e de torná-los as balizas de uma polêmica e de uma luta” (Lazzarato, 2014, p. 127). Para tal, são necessárias estratégias e instrumentos capazes de promover uma definição coletiva do que

seja um problema ou uma solução para um território, cuja produção do espaço já acontece apesar e para além das propostas bem intencionados dos técnicos e acadêmicos.

### 3. A extensão como processo de construção de vínculos

Afinados com os pressupostos da cartografia tanto como conceito de entendimento da realidade a partir da experimentação, quanto em termos de diretrizes metodológicas para intervenção e transformação dessa realidade, assume-se aqui que em atividades de natureza extensionista não cabe estabelecer relações baseadas na ‘conscientização’, ‘capacitação’ ou mesmo ‘qualificação’ das comunidades parceiras por parte da universidade. Pelo contrário, as práticas devem incorporar “a perspectiva do sujeito, não como um objeto que recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe impõe, mas como sujeito ativo que constrói o conhecimento, de forma compartilhada” (Freire, 1984 citado em Sosa *et al.*, 2018, p. 3). O grau de implicação de todos na ação deve ser determinante para provocar, nesse encontro de saberes e desejos, os agenciamentos e as conexões que produzem as redes.

As ações extensionistas apresentadas neste artigo estão inseridas em contextos urbanos bem distintos, foram disparadas por maneiras diferentes e, consequentemente, tiveram desdobramentos variados. Entretanto, é possível identificar tangências entre elas, como, por exemplo, no que diz respeito à criação de vínculos ou a partir da construção de estratégias e de instrumentos cartográficos capazes de promover relações de confiança e de afeto entre os pesquisadores e o ‘público’, entendidos não apenas como ‘alvo’, mas principalmente como sujeitos ativos com vozes e saberes importantes.

#### 3.1. Parque das Ocupações

A ocupação de terrenos ociosos ou de prédios abandonadas nos centros urbanos é atualmente um fenômeno recorrente no Brasil. Pode-se afirmar que essas ocupações configuram um movimento contra-hegemônico e de luta pela moradia e, como tal, atuam como resistência a uma organização fundiária excludente e à políticas institucionais que não deram conta de romper com esse sistema de poder.

Diferente do processo de ocupação das favelas urbanas que não ocorrem a partir dum planejamento formal, as ocupações organizadas por movimentos sociais de luta por moradia têm início na escolha da área a ser ocupada, como glebas e/ou lotes com problemas jurídicos, numa intenção clara de expor uma mazela existente no seio do sistema fundiário urbano brasileiro. Após essa escolha, há um plano de ocupação prévio, muitas vezes com a participação de técnicos para a definição de ruas e distribuição de lotes.

A ação extensionista relatada aqui vem se desenvolvendo na cidade de Belo Horizonte (Minas Gerais), num vale na região conhecida como Barreiro, onde se lo-

calizam seis ocupações urbanas e algumas indústrias, todas disputando espaço com uma grande área verde. Duas destas ocupações (Eliana Silva e Paulo Freire) foram previamente planejadas e são coordenadas pelo Movimento de luta por Bairros, Vilas e Favelas (MLB), que em 2012 procurou alguns professores da Escola de Arquitetura da UFMG, iniciando assim uma parceria com a universidade, a partir de dois diferentes grupos de pesquisa<sup>1</sup>.

Em 2015, visando a convergência entre a luta por moradia digna para a população pobre que habita o território e a pauta da preservação do meio ambiente, iniciou-se a construção dum projeto urbanístico paisagístico para o vale onde estão inseridas essas ocupações, disparada a partir da denominação ‘Parque das Ocupações’, afirmando assim uma estratégia de construção duma contra-narrativa a respeito daquele território.

Importante ressaltar que no discurso hegemônico a presença das ocupações por moradia, sejam elas planejadas ou não, ao lado de áreas de preservação da natureza é, via de regra, criminalizada, tendo seu despejo justificado pelas leis ambientais. Além disso, há um entendimento de que as ocupações autoconstruídas, em geral, são territórios marcados exclusivamente pela falta e pela precariedade. Tal afirmação, apesar de não ser completamente falsa, simplifica e apaga as sutilezas dum procedimento mais complexo que o anunciado, na medida em que é possível identificar ações e subversões criativas nesses territórios. Mesmo que muitas vezes haja uma reprodução das formas hegemônicas de fazer espaço e moradia, as invenções cotidianas estão presentes, seja por força das circunstâncias, seja pela imanente potência da vida.

Em 2016, como estratégia para fomentar as discussões sobre a preservação ambiental e cultural e a luta por moradia, a equipe de curadoria do ‘Verão Arte Contemporânea’ (VAC) levou para esse evento o tema ‘Natureza Urbana e a produção do comum’<sup>2</sup>. Além duma mesa redonda com a presença de diversos movimentos sociais do país, foi realizado um circuito de visitas pelas ocupações do Barreiro. Nessa oportunidade foi recorrente nas falas dos palestrantes a preocupação com os limites e contradições dessas ações autônomas, especialmente no que diz respeito à ausência do estado e, conseqüentemente, ao penoso autofinanciamento de todas as ações engendradas pelos movimentos.

Diante dessa inquietação, no mesmo ano, o projeto do parque foi levado para dentro da universidade com a disciplina ‘Parque das Ocupações’, com o objetivo de se desenvolver diretrizes urbanísticas e paisagísticas para aquele território. A disciplina foi iniciada com um mapeamento coletivo nas ocupações (FIG.01),

1 Inicialmente essa parceria se deu por meio do grupo de pesquisa PRAXIS (<http://praxis.arq.ufmg.br/>) e, a partir de 2015, ela passou a acontecer através do grupo de pesquisa INDISCIPLINAR (<http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Indisciplinar>), ambos cadastrados no CNPq e sediados na Escola de Arquitetura da UFMG

2 Para mais informações, acesse: <http://blog.indisciplinar.com/natureza-urbana-e-producao-do-comum-vac-2016/>

visando a identificação das práticas cotidianas e com o foco na relação dos moradores com a natureza.



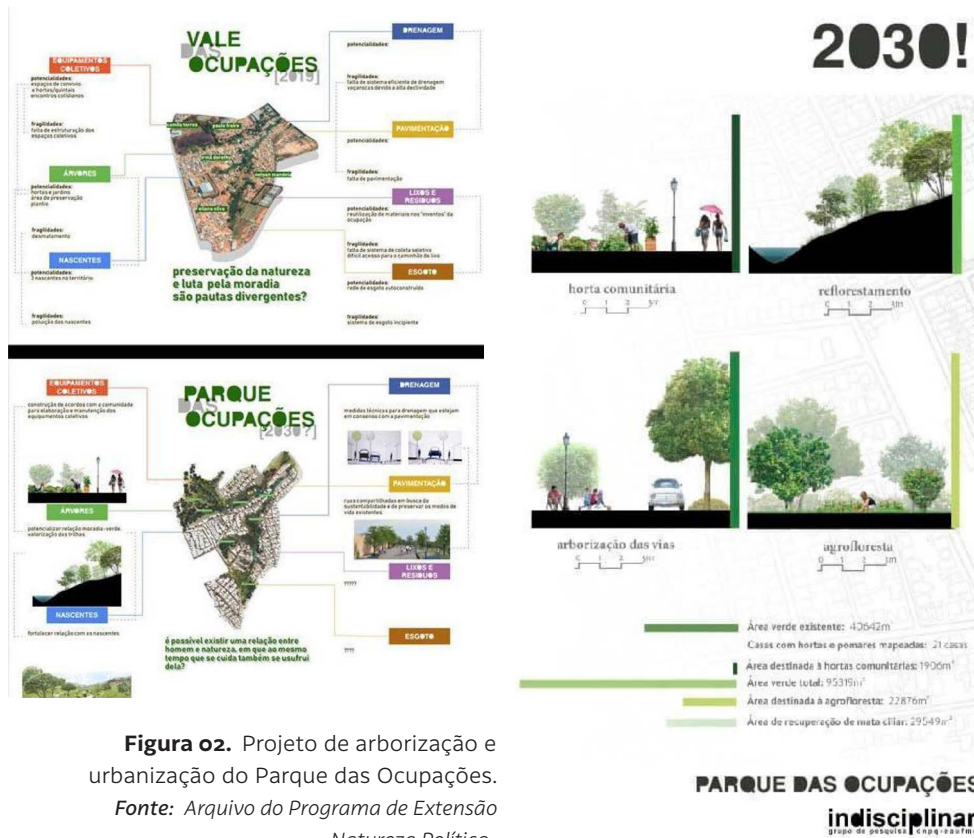
**Figura 01.** Mapeamento coletivo na disciplina Parque das Ocupações.

*Fonte:* Arquivo do Programa de Extensão Natureza Política.

A partir desse instrumento cartográfico foi possível constatar que, apesar da subtração da vegetação nas fronteiras entre o território das moradias autoconstruídas e a área de preservação ambiental, o verde retornava às ocupações sob a forma de jardins, hortas e pomares, em vários quintais e na frente das casas. Isto, por motivos diversos: desde a necessidade de alimentar, passando pela composição da renda familiar, até alcançar a memória afetiva associada aos sabores e aos cheiros das plantas.

Foram, então, desenvolvidas propostas de arborização tanto por árvores da mata nativa (árvores de recomposição), quanto por aquelas identificadas no mapeamento (árvores dos afetos) e por espécies protegidas por lei para extração (árvores de resistência), como um “ato de sequestro”, cujo refém, a árvore imune ao corte, garantiria também a permanência dos moradores. A arborização foi, assim, pautada pelo que se denominou ‘contra-invasão do verde’, no intuito de subverter com humor e ironia o entendimento do senso comum de que as pessoas que

ali moram são invasoras e oportunistas. Quanto à urbanização das ocupações, foi proposto a manutenção das 'ruas compartilhadas' já existentes, por meio de uma pavimentação intertravada, que impede que os carros circulem em alta velocidade e, assim, permite que os pedestres continuem a usá-la sem riscos, facilitando também a drenagem das águas pluviais (FIG.02).



**Figura 02.** Projeto de arborização e urbanização do Parque das Ocupações.  
Fonte: Arquivo do Programa de Extensão Natureza Política..

Com o término da disciplina, o projeto paisagístico e arquitetônico do parque passou a ser desenvolvido pelo grupo de professores e alunos integrantes dos projetos de extensão 'Natureza Urbana'<sup>3</sup> e 'Artesanias do Comum'<sup>4</sup>, vinculados

3 Para mais informações, acesse: [http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Projeto\\_Natureza\\_Urbana](http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Projeto_Natureza_Urbana)  
4 Para maiores informações, acesse: [http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Projeto\\_Artesanias\\_do\\_Comum](http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Projeto_Artesanias_do_Comum)



ao Programa de extensão ‘Natureza Política’<sup>5</sup>, resultando num caderno<sup>6</sup> que foi entregue à coordenação do MLB em março de 2017 e, a partir daí, usado como instrumento de negociação junto ao poder público do município, inclusive com a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) e Companhia de Saneamento do município (COPASA). Os efeitos da estratégia de construção e divulgação dessas contra-narrativas sobre o território das ocupações do Barreiro puderam ser identificados na fala de alguns técnicos dessas companhias, que passaram a adotar o nome ‘Parque das ocupações’ para se referir à região.

Ainda buscando nova inserção na esfera pública, em abril de 2017, o Parque das Ocupações foi apresentado ao subcomitê da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Arrudas, por meio da coordenadora do projeto de extensão Natureza Urbana e dum funcionário da COPASA, possibilitando a participação do projeto em editais para preservação das nascentes e arborização das ruas. Apesar dessa participação não ter resultado em recursos financeiros, em 2018 ela se desdobrou na doação de oitenta mudas pela COPASA e pelo Coletivo Boi Rosado à Ocupação Paulo Freire, para a arborização das suas ruas. Essa ação também contou com o departamento socioambiental da VINA<sup>7</sup>, uma empresa privada vizinha às ocupações, especializada em gestão de resíduos urbanos. A empresa contribuiu com a participação ativa da sua bióloga e com a doação de paliçada para a drenagem no fundo dos berços cavados para o plantio das mudas.

Em novembro deste mesmo ano, para a preparação do plantio, foi realizada uma dinâmica com os moradores das ocupações, no intuito de se fomentar a discussão sobre os procedimentos para conciliar os conflitos potenciais do plantio e cuidado das mudas (FIG.03). O plantio, realizado nas duas primeiras ruas da ocupação Paulo Freire, teve a participação da equipe da extensão, de funcionários da COPASA e do Coletivo Boi Rosado, além de funcionários da VINA e dos moradores da Ocupação Paulo Freire (FIG.04).

5 Para maiores informações, acessar: [http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Programas\\_de\\_extens%C3%A3o#Natureza\\_Pol.C3.ADtica](http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Programas_de_extens%C3%A3o#Natureza_Pol.C3.ADtica)

6 Para maiores informações, acesse: [http://naturezaurbana.indisciplinar.com/wp-content/uploads/2017/09/Parque-das-Ocupa%C3%A7%C3%B5es\\_com-mapas-atualizados-e-map%C3%A3o-edi%C3%A7%C3%B5es-junho.2017-1.pdf](http://naturezaurbana.indisciplinar.com/wp-content/uploads/2017/09/Parque-das-Ocupa%C3%A7%C3%B5es_com-mapas-atualizados-e-map%C3%A3o-edi%C3%A7%C3%B5es-junho.2017-1.pdf)

7 Para maiores informações, acesse: <https://vinaec.com.br/socio-ambiental/>



**Figura 03.** Dinâmica com os moradores sobre o plantio das mudas doadas.

*Fonte: Arquivo do Programa de Extensão Natureza Política.*



**Figura 04.** Plantio das mudas doadas.

*Fonte: Arquivo do Programa de Extensão Natureza Política..*

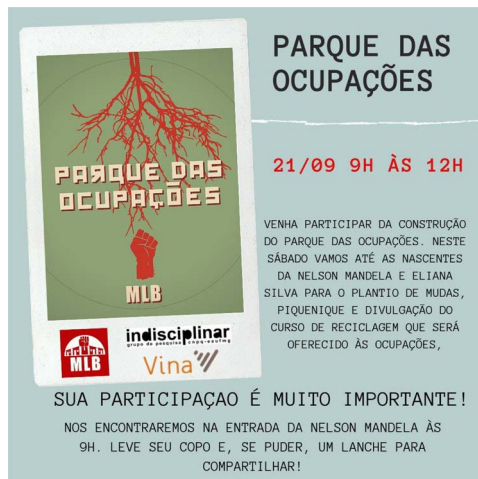
Diante da dificuldade de mobilização, principalmente em temáticas que não envolvem diretamente as necessidades mais imediatas dos moradores (se lembrarmos que o momento atual no Brasil é de crise econômica e aumento do desemprego), os coordenadores do MLB conseguiram organizar 4 grupos de trabalho para incrementar as atividades de campo: GT mobilização, GT urbanização (drenagem e pavimentação), GT arborização e GT reciclagem de resíduos. Todos os grupos foram compostos por pelo menos um representante do movimento/moradores, da academia e da empresa. Como primeira atividade do 2º semestre de 2019, o grupo da mobilização organizou uma sessão de cinema, tendo como temática a pauta da agroecologia (FIG. 05).



**Figura 05.** Imagens do Cine Raiz.

Fonte: Arquivo do acervo do MLB e VINA..

Na sequência houve a realização duma trilha ecológica até uma das nascentes do parque, finalizada com o plantio de mudas de ipês, batizados simbolicamente com os nomes das ocupações inseridas no parque (FIG.06).



**Figura o6.** Imagens da trilha ecológica.  
*Fonte:* Arquivo do acervo do MLB e da VINA.

### 3.2. Raposos

O município de Raposos é um dos 34 que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), capital que ocupa a terceira posição no ranking da economia nacional. Entretanto, mesmo inserida numa importante metrópole brasileira, o município apresenta um perfil socioeconômico frágil. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017), 34% de sua população, que atualmente é estimada em 16.000 habitantes, possui rendimento nominal mensal *per capita* de apenas 1/2 salário mínimo.

Raposos está situado a apenas 30 quilômetros da capital Belo Horizonte e traz em sua conformação (territorial, social, econômica e demográfica) marcas profundas duma histórica e intensa dependência das atividades relacionadas à exploração minerária. Esta dependência parece ter se estendido aos hábitos cotidianos da população, que tem demonstrado, nesses 5 semestres de trabalho no município, pouco interesse em ações de cunho participativo e/ou reivindicatório. Desde a suspensão das atividades minerárias na região (na década de 1990), os impactos dessa histórica dependência têm se revelado ainda mais severos, na medida que apenas 6,7% da população ativa se encontra inserida na rede formal de trabalho, segundo levantamento do IBGE em 2010.

Este quadro se agrava no bairro da comunidade parceira —Várzea do Sítio— e que tem sua origem associada a um antigo conjunto de moradias destinadas aos operários de fundo de mina (trabalhadores com menor remuneração nas atividades minerárias). O bairro ainda perpetua essas origens concentrando ali parte da população com menor renda no município, além de sérios problemas asso-

ciados à concentração de população jovem com poucas perspectivas não apenas de inserção no mercado de trabalho, mas também na vida social do município. Noutros termos, o bairro é marginalizado pela população de Raposos, pois é visto como local de concentração de violência associada ao uso de drogas.

Tendo este cenário como pano de fundo, a Universidade foi procurada por uma ONG local —Casa de Gentil—, que trabalha com atividades socioculturais destinadas às crianças e jovens do bairro, no sentido de promovermos, coletivamente, ações visando a uma maior participação desse público. O objetivo era o fortalecimento da ação política desse grupo (participação e deliberação) por meio de atividades e práticas voltadas para temáticas diversas. O importante era incentivar a adesão do público jovem e infantil, bem como a criação de vínculos entre esses e os jovens da academia, transpondo importantes barreiras para ambos os grupos.

A Casa de Gentil está oficialmente instalada na Várzea do Sítio desde 2012, voltada para a promoção de atividades ligadas à música e cultura dum modo geral, além do espaço de convivência para leituras, lazer e encontro. “Basta que se deixe a porta aberta e logo a casa é tomada pelas crianças do bairro, que ali encontram um espaço solidário e de acesso a experiências e oportunidades que ampliam seus horizontes, bastante reduzidos pela realidade local” (Ferrari, Riera & Zanata, 2019, p. 13).



**Figura 05.** Vista da Rua Sergipe, na Várzea do Sítio, com a ONG Casa de Gentil.

*Fonte:* Acervo Casa de Gentil. Recuperado em 22 de setembro de 2019 de: <https://pt.wikiloc.com/trilhas-trekking/raposos-parque-nac-do-gandarela-29538911/photo-18870959>.

Nesse contexto, tem se desenrolado a Disciplina de Formação em Extensão — Diálogos Metropolitanos, que está vinculada ao Projeto de Extensão— e as Práticas de Cidadania Metropolitana. A disciplina está trabalhando em Raposos desde o segundo semestre de 2016, atuando em diversas frentes, ações e escalas (desde a Várzea do Sítio até discussões ampliadas que envolveram o município dum modo geral). Neste trabalho, especificamente, faremos um pequeno recorte na experiência do segundo semestre de 2018, por termos registrado, nesta oportunidade, a importância da prática do compartilhamento, do encontro entre as demandas da população e os desejos do grupo acadêmico (alunos e professores). Foi fundamental buscar formas de trabalho que não atendessem apenas os desejos e demandas da população local (assistencialismo), nem tampouco as ações previamente decididas pela universidade e voltadas apenas aos seus interesses de pesquisa (paternalismo). Importante frisar que o conceito de assistencialismo não tem aqui a conotação alienante e subjugada atribuída por Paulo Freire (Streck, Redin & Zitkoski, 2015), mas se relaciona com “as práticas cujas demandas são orientadas apenas no sentido de satisfazer as necessidades da comunidade, como se a equipe da universidade (docentes e discentes) fosse constituída por pessoas ‘neutras’ e que realizam trabalhos apenas por demanda” (Ferrari et al., 2019, p. 2), sem qualquer interesse envolvido. Por outro lado, nomeamos por paternalismo as práticas que, segundo Freire (1984), são orientadas por um viés autoritário e vertical, e a partir das quais “a academia impõe seus objetivos à comunidade, [...], com pouco espaço para a participação da população envolvida e desconsiderando o desejo desses parceiros” (Ferrari et al., 2019, p. 2). Acredita-se que, em condições iguais de interesse, é possível criar o necessário espaço para que os diversos tipos de saber se manifestem e, assim, experimentar a potência da participação e do envolvimento quando as demandas e desejos de todo o grupo se encontram em torno de projetos comuns.

A disciplina contou com 30 alunos de diversos cursos e níveis de graduação da Universidade (participaram discentes do terceiro ao último períodos dos cursos de Arquitetura, Engenharia Civil, Geografia, Turismo, Engenharia Ambiental e Economia), os responsáveis pela Casa de Gentil —Glauco, Rafael e Sarinha— e jovens moradores da Várzea do Sítio de diversas idades (variando de quatro a quinze anos de idade). Os trabalhos iniciaram em setembro e finalizaram em dezembro de 2018, com três ‘imersões’ de quatro dias cada (de sexta à segunda), de maneira que os alunos pudessem conhecer a realidade local em dias úteis (vivenciando um pouco da rotina diária dos moradores) e nos finais de semana. Duas moradias concentraram os alunos: uma na própria Várzea e outra na área central da cidade, esta última cedida pelo pároco local (Padre Eribaldo). Permanecer nesses dois locais foi fundamental para firmar, de maneira bem mais rápida, uma relação de confiança entre a equipe da universidade e a população local, ultrapassando barreiras que geralmente se interpõem no início de trabalhos dessa natureza.

Participar da rotina dessas casas também foi uma grande experiência para os alunos pela oportunidade e responsabilidade de cuidar

desse locais, compartilhando tarefas relativas à manutenção dos espaços. Em vários momentos foi preciso negociar atribuições e iniciativas em relação à alimentação, distribuição dos espaços de dormir, compartilhamento de despesas etc. Ou seja, extrapolamos as questões de trato puramente acadêmicas trazendo para a experiência discussões que envolviam a formação pessoal de cada um dos envolvidos. As tensões também aconteceram em diversos momentos obrigando o grupo a parar e discutir essas diferenças, negociando alternativas e soluções para cada impasse (Ferrari et al., 2019, p. 14).

Essas ‘imersões’, períodos de permanência continuada na comunidade parceira residindo em casas cedidas pela população local, nos propiciaram contatos mais ampliados, além de criar espaços de convivência entre os próprios alunos, o que contribuiu ainda mais para a transformação dos discentes envolvidos. Nessas oportunidades, os vínculos com a comunidade também são constituídos de forma bem mais intensa, pois as trocas cotidianas diminuem as barreiras entre os saberes acadêmico e local, facilitando as interlocuções e decisões sobre os processos em curso.

Aqui é importante que se faça uma diferenciação entre o que geralmente nomeamos por ‘trabalho de campo’ ou ‘visita’ e o que aqui denominamos por ‘imersão’. Nos primeiros, os contatos entre os alunos, professores e comunidade parceira tendem a ser muito superficiais, caso não se utilize outras ferramentas ou metodologias que potencializem esses encontros. Diferentemente do que se busca nas imersões, essas formas de contato, na maioria dos casos, limitam as aproximações, além de conduzir a leituras precipitadas da realidade local. “Caímos, salvo raras exceções, em ações de cunho meramente assistencialista ou mesmo de caráter paternalista, em grande parte pelo fato de não termos o necessário envolvimento com o contexto no qual essas comunidades estão inseridas (social, cultural, econômico, político, etc.)” (Ferrari et al., 2019, p. 11).

Finalmente, a experiência da imersão só foi possível porque a Universidade Federal de Minas Gerais, a partir de sua Pró Reitoria de Extensão (PROEX), lançou um edital que permitia aos alunos, de forma simultânea, a integralização de créditos curriculares e a experiência extensionista. Esse formato de disciplina/extensão, diretamente associada ao ensino, criou as condições necessárias para a realização de períodos de permanência mais prolongados no município parceiro, além de oferecer uma ajuda de custo para esses deslocamentos e para dois bolsistas, o que foi fundamental para a realização dessa modalidade extensionista. A disciplina possui uma carga horária de 60 horas por semestre letivo, distribuída em três módulos de imersão no município (que totalizam 60% da carga horária) e em seis encontros na Universidade para discussões internas e de fundamentação: “Se reservó más tiempo para la experiencia práctica porque entendemos, tal como Freire (1984), que el conocimiento se constituye en las ‘relaciones hombre-mundo’, por lo tanto, en el compartir la práctica cotidiana” (Sosa et al., 2018,

p. 8). Acredita-se que, com este formato de extensão, foi possível cumprir de forma mais efetiva seu papel articulador entre ensino e pesquisa.

Desde o início dos trabalhos foram poucos os adultos que compareceram e participaram, apesar de termos divulgado amplamente o local e horário das reuniões, optando inclusive pelos finais de semana para que esse público pudesse comparecer. Como o público infantil e jovem foi mais presente, as ações pactuadas se voltaram mais para esses segmentos, mas tendo sempre como princípio norteador que esses ‘combinados’ deveriam também atender aos desejos dos alunos e docentes envolvidos.

Entretanto, na prática foi necessário mesclar momentos de assistencialismo e paternalismo para alcançarmos o espaço de compartilhamento almejado. No primeiro encontro as crianças e jovens não se manifestaram de forma muito significativa, sendo necessárias algumas intervenções dos docentes (paternalistas nalgumas situações) no sentido de conduzir a interlocução a partir de perguntas e dinâmicas. Noutros momentos foi necessário interromper as discussões para atender demandas dos moradores (assistencialismo), pois as carências e problemas de ordem material e emocional muitas vezes se colocaram como urgentes. Mas isso não impediu que o compartilhamento fosse construído; apenas nos surpreendeu como essa mescla de condutas foi se interpondo e como foi necessário dar espaço para que se manifestem a fim de se estabelecer o necessário acolhimento e diálogo em ações verdadeiramente participativas e coletivas.

A decisão final sobre as ações e projetos que seriam desenvolvidos naquele semestre foram decididas então e surpreendeu-nos a diversidade e o número de adesões. Desde oficinas de funk e de percussão —a primeira com um número de participantes que extrapolou o público até então reunido— até experiências com fotografia e vídeos (a partir de câmeras emprestadas às crianças e adolescentes), passando por rodas conversas e de história, além de ações ligadas ao meio ambiente (uma das entradas para o Parque Nacional da Serra do Gandarela está bem próxima à Várzea do Sítio). Desta forma, procurou-se atender às demandas do público jovem e infantil, a partir de interesses e disponibilidade dos alunos envolvidos, mesmo que as atividades não se relacionassem diretamente às suas áreas de formação. Havia, por outro lado, desejo, interesse e disponibilidade para essas ações específicas, o que tornou os trabalhos bem mais proveitosos, participativos e com um número surpreendente de adesões.

Dentre as ações e projetos destaca-se também a oficina para reparo das bicicletas, muito utilizadas pelas crianças da Várzea, além dum projeto de ‘bicicletas compartilhadas’ para atender aqueles que não dispunham de recursos para adquiri-las. Este projeto só foi possível, pois duas bicicletas foram doadas por colaboradores e consertadas durante a realização da oficina.

Esta experiência, além de possibilitar o uso das bicicletas também tem desenvolvido a capacidade de gestão e manutenção do projeto



pelas crianças da Várzea, que tomaram para si a guarda e o gerenciamento do projeto. Até agora a experiência tem se mostrado bem sucedida, mas será preciso um tempo maior para avaliarmos os resultados (Ferrari et al., 2019 p. 15).



**Figura o8.** Oficina de Funk na Casa de GentilFonte: acervo da disciplina, 2018.

*Fonte: acervo da disciplina, 2018.*

#### 4. Considerações finais

Como mencionado, as ações extensionistas apresentadas estão inseridas em contextos urbanos bem distintos, sendo que a primeira está localizada na periferia do município de Belo Horizonte e a segunda se insere noutro município da região metropolitana. Entretanto, as duas são atravessadas por disputas territoriais envolvendo aspectos socioambientais e marcadas por histórias de marginalização de sua população.

Quanto à forma como foram disparadas, em ambas houve a iniciativa duma liderança local que procurou a academia para uma parceria. Contudo, as redes que se formaram a partir desse primeiro contato foram bem distintas. No caso do Parque das Ocupações, os atores que se agregaram em torno do projeto foram, além da academia, movimento social, moradores das ocupações, representantes do poder público e da iniciativa privada. Já no caso de Raposos, a rede da academia foi ampliada com a participação de discentes e docentes doutros campos de saber da universidade. Além disso, houve ali a participação dos atores ligados à organização não-governamental e à igreja católica, que tiveram papéis determinantes nos resultados dos trabalhos. Vale pontuar que há um grande desafio a

ser ultrapassado nos dois projetos de extensão, relativo ao número de moradores que participam das dinâmicas propostas e ao seu perfil, na maioria mulheres, crianças e adolescentes. Noutros termos, o público envolvido dificilmente inclui homens adultos e, geralmente, a participação nos grupos de trabalho fica restrita às mesmas pessoas, dificilmente alcançando novos adeptos.

Com relação aos instrumentos voltados para a discussão e problematização com os moradores das ocupações e de Raposos, ambas optaram por ferramentas lúdicas e variadas, tais como mapeamentos coletivos, jogos e maquetes interativas, sessões de cinema, trilhas, oficina de funk e percussão, oficina de fotografia e vídeos, e oficina de reparo de bicicletas. Especificamente no caso de Raposos, a imersão se mostrou uma potente estratégia de vinculação entre os diversos atores e a opção pelo compartilhamento nas decisões sobre as práticas a serem desenvolvidas também se revelou como uma importante ferramenta, principalmente como condição para efetivar a ‘troca’ de saberes desejada.

Outro ponto de tangência entre as duas ações se refere à articulação da extensão com disciplinas da graduação. Essa estratégia permitiu maior envolvimento de alunos nas frentes de trabalho, uma vez que agregou créditos em disciplinas e aumentou o número de bolsistas vinculados. Acredita-se, também, que essa articulação seja fundamental para potencializar a missão universitária, baseada no tripé pesquisa-ensino-extensão.

Por vários motivos as ações extensionistas se apresentam como alternativas importantes de atuação para a universidade pública: maior envolvimento com a sociedade civil, rompendo históricas barreiras entre academia e comunidade; e o baixo custo de realização, além do seu grande potencial catalizador e transformador de processos sociais. Além disso, a Extensão Universitária é uma das oportunidades de retorno dos investimentos públicos em educação na forma de ações para a comunidade em geral (Ferrari et al., 2017).

## Agradecimentos

Agradecemos o apoio dos programas e projetos da UFMG, PROEX e PRPq, ao CNPq e à FAPEMIG. Aos moradores e moradoras das Ocupações Eliana Silva e Paulo Freire, ao MBL, à VINA e à COPASA. Da mesma forma, nossos agradecimentos à população de Raposos, que nos tem acolhido, especialmente aos moradores e moradoras da Várzea do Sítio, à Casa de Gentil e ao Padre Eribaldo. Finalmente, deixamos nossos mais sinceros agradecimentos a todos os alunos que participaram das disciplinas citadas nesse artigo.

## Referências

- Deleuze, G. & Guattari, F. (2000). *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. São Paulo: Editora 34.
- Ferrari, J., Riera, E. H. & Zanata, L. Y. (2019). A Extensão em Construção: Uma experiência de 'imersão' em Raposos/MG. *Anais do XVIII Encontro da ANPUR - Natal: ANPUR, 2019*. Recuperado em 20 de setembro de 2019 de: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1460>
- Ferrari, J., Sosa, M. F., Oliveira, L. G. & Freitas, A. P. O. (2017). Quando a prática acadêmica sai ao território: a experiência da Oficina Multidisciplinar: Os LUMEs e a prática do planejamento metropolitano – UFMG. *Anais do XVII Encontro da ANPUR - São Paulo: ANPUR, 2017*. Recuperado em 18 de setembro de 2019 de: [http://anpur.org.br/xviienganpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR\\_Anais/ST\\_Sessoes\\_Tematicas/ST%2011/ST%2011.2/ST%2011.2-03.pdf](http://anpur.org.br/xviienganpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%2011/ST%2011.2/ST%2011.2-03.pdf)
- Freire, P. (1984). *¿Extensión o comunicación? La concientización en el medio rural* (13ª ed.) México: Siglo XXI.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Cidades@: sistema agregador de informações do IBGE sobre os municípios e estados do Brasil*. Recuperado em 23 de setembro de 2019 de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/raposos/panorama>
- Lazzarato, M. (2014). *Signos, Máquinas e Subjetividades*. São Paulo: n-1 edições.
- Streck, D., Redin, E. & Zitzoski, J.J. (Org.) (2015). *Diccionario Paulo Freire*. Lima: CEAAL.
- Sosa, M.F., Ferrari, J. & Greco, L.L. (2018). Enseñar a planificar el territorio vivenciando el territorio. La experiencia del taller multidisciplinar - Formación de extensión universitaria: Prácticas de ciudadanía metropolitana. Artigo apresentado no VIII Encuentro de Docentes e Investigadores en Historia del Diseño, la Arquitectura y la Ciudad. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba.